



ÁSIA/PAQUISTÃO - A Igreja lança os "Grupos de proteção" das minorias religiosas

Karachi (Agência Fides) - A Igreja Católica em Karachi lança grupos especiais para protegerem as minorias religiosas, principalmente os cristãos, da violência e o terrorismo. Conforme relatado numa nota enviada à Fides, num seminário realizado em Karachi em 26 e 27 de junho, a Comissão "Justiça e Paz" da Conferência dos Superiores Maiores das ordens religiosas no Paquistão buscaram técnicas e formas eficazes para ajudar os fiéis a enfrentarem a emergência da violência que assola o país e que muitas vezes afeta a comunidade e os fiéis cristãos. Por isso, a Comissão organizou 15 "grupos de proteção" formados por fiéis cristãos de várias confissões, por pastores, advogados, médicos e outros profissionais. Os grupos instituídos pela Comissão manterão sob controle episódios de violência sectária ou graves atos de discriminação contra os cristãos, contribuindo para a promoção da legalidade e da justiça no Paquistão.

Rasheed Gill, leigo católico, animador da Comissão "Justiça e Paz", explica a Fides: "A segurança no país está piorando. Nas últimas semanas, os fundamentalistas e os terroristas atacaram pessoas comuns, funcionários da polícia, detentos, advogados, mesquitas e turistas. Queremos apoiar e proteger as minorias religiosas mais marginalizadas, através de programas de sensibilização". Os "grupos de proteção" especiais atuarão em várias áreas do país, monitorando as violações dos direitos humanos e oferecendo assistência à Comissão também do ponto de vista legal. Segundo Gill, a finalidade é criar trinta grupos, num projeto trienal, para cobrir todo o território nacional.

O Pastor Nasir John, parte da equipe, afirma a Fides: "Esses grupos preenchem um grande vazio: muitos fiéis cristãos, por causa dos problemas da violência, são obrigados a deixar seus empregos ou a mudar de cidade". Além disso, no Paquistão as minorias religiosas, como os cristãos e os hinduístas, não alimentam a corrupção: não pagam propinas aos funcionários da polícia ou aos juízes, que frequentemente, por este motivo, os penalizam, os discriminam ou os condenam. (AG-PA) (Agência Fides 28/6/2013)